

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 179

ATA N.º 24

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA

EM 10 DE ABRIL DE 2017: Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão ordinária, na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pela Senhora Presidente da Mesa, Daniela de Melo Esteves e pelos 1.º e 2.º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público; Período Antes da Ordem do Dia e Ordem do Dia: -----

- 1) Votação das Atas n.ºs 22 e 23; -----
- 2) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- 3) Listagem dos Compromissos Plurianuais; -----
- 4) Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2016 - Proposta n.º 0612017; -----
- 5) Declaração para os efeitos previstos na alínea a), do n.º 1, do art.º 15.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- 6) Declaração para os efeitos previstos na alínea b), do n.º 1, do art.º 15.º, da Lei n.º 812012, de 21 de fevereiro; -----
- 7) Certificação Legal de Contas de 2016 - Parecer do Auditor Externo; -----
- 8) Revisão Orçamental n.º 1; -----
- 9) Nomeação de Auditor Externo; -----
- 10) Regulamento Municipal das Atividades de Comércio a Retalho Não Sedentário Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes e de Prestação de Serviços de Restauração ou de Bebidas Não Sedentário; -----
- 11) Alteração do Plano Diretor Municipal de Mealhada - Sítio Arqueológico "Pedras Negras"; -----

O 1.º Secretário da Mesa, Senhor António Ferreira Ribeiro, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. -----

Os Senhores Deputados Municipais, Rodrigo Manuel Gomes Breda, Jorge Filipe de Almeida, António Nogueira das Neves, Luís Miguel Pereira Brandão, solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se por Fernando Manuel da Silva de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Isabel Maria Fonseca Vieira e Iola Marina Gaspar Batista, respetivamente. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso solicitou a sua substituição, o que veio a verificar-se pela Vogal-Tesoureira, Catarina Isabel Ferreira Pereira. A Deputada Municipal Senhora Ana Filipa Varela Soares Pereira, não esteve presente na sessão. -----

Seguidamente, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**: -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se havia intervenções do público tendo-se inscrito os Senhores Manuel Tavares da Conceição e Nelson Franco Santos. ---

1) No uso da palavra, o Senhor Manuel Tavares da Conceição referiu que na sequência da carta aberta publicada no Jornal da Mealhada de 15 de março de 2017, colocava algumas questões sobre a construção da nova ETAR da Mealhada, nomeadamente sobre a proximidade da mesma da cidade, do Lar de Idosos e do Centro de Saúde e se tinha sido feito algum estudo de impacto ambiental e qual a razão de não ter sido solicitado parecer à Delegação de Saúde. Referiu ainda não compreender a localização da obra, uma vez que existe terreno mais a norte, o que evitaria a proximidade da ETAR com as habitações existentes. Após a intervenção o Senhor Manuel Tavares da Conceição entregou à Mesa da Assembleia Municipal uma exposição escrita. -----

(início: após 10 minutos; fim: após 15 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o assunto já não se encontra no âmbito administrativo atendendo a que o Senhor Manuel Tavares da Conceição tinha apresentado uma queixa ao Ministério Público no Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro. No âmbito do processo judicial a Câmara Municipal será representada por um advogado esclarecendo todas as questões que forem colocadas. Acrescentou que o autor do projeto de ampliação da ETAR foi um professor da Universidade Nova de Lisboa e que escolheu aquela localização, aquele sítio e aquela tecnologia. Acrescentou ainda que nenhuma ETAR é suscetível de ser apreciada pelas entidades de saúde, tendo a referida ampliação sido julgada pelos serviços do ambiente que são extremamente rigorosos, tem financiamento comunitário e se fosse legalmente exigido a pronúncia das entidades de saúde, a Câmara teria solicitado o parecer. Concluiu que cuidar da saúde pública é tratar os resíduos de saneamento e que o Senhor Manuel Tavares da Conceição não terá problemas de saúde pública. -----

(início: após 20 minutos; fim: após 25 minutos) -----

2) No uso da palavra, o Senhor Nelson Franco Santos solicitou o alargamento da Rua da Vale da Quinta, no Lograssol, transversal à E.N. 234 Mealhada/Luso, atendendo a que é muito utilizada por todos, com carros e tratores e só é possível circular um carro de cada vez porque é muito estreita. -----

(início: após 25 minutos; fim: após 30 minutos) -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse que brevemente se deslocará ao local e o assunto será analisado. -----

(início: após 30 minutos; fim: após 32 minutos) -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Vacariça pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que o assunto já se arrasta há algum tempo. Inicialmente, era um caminho com cerca de dois metros e apesar da dificuldade para a cedência de terrenos, foi possível conseguir um pequeno alargamento do caminho, tendo sido aplicado alcatrão líquido por cima, tendo depois disso, passado a ter mais movimento. Manifestou a sua solidariedade com a população pois, o referido caminho precisa de ser arranjado, devendo os proprietários dos terrenos serem contactados para a possibilidade de alargamento da estrada, tendo-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 180

disponibilizado para, junto da Câmara Municipal, solicitar apoio, uma vez que a Junta de Freguesia não tem suporte financeiro para fazer a obra. -----

(início: após 32 minutos; fim: após 35 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

1) A Mesa da Assembleia apresentou um voto de pesar pelo falecimento da mãe do Senhor Vereador José Calhoa Morais -----

(início: após 35 minutos; fim: após 36 minutos) -----

2) A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, e no uso da mesma, leu a seguinte intervenção: -----

“A integração capitalista na União Europeia, especialmente a adesão ao euro, limitou a soberania e impôs estrangulamentos graves, porventura inultrapassáveis ao desenvolvimento nacional. Eis o resultado da natureza e das opções de classe dos sucessivos governos. -----

O PCP denunciou e combateu essas opções. Foi, que nos lembremos, a única voz. Hoje, congressos, conferências nacionais, iniciativas institucionais, evidenciam a coerência do seu percurso. Hoje mais algumas vozes se juntam. -----

A crise do capitalismo, a crise e as contradições na EU, as consequências devastadoras para o nosso país, patenteiam a incompatibilidade entre o caminho que tem sido seguido e um Portugal soberano, de progresso e justiça social. -----

Mais concretamente falamos da libertação da submissão ao euro, com a recuperação da soberania monetária; da renegociação da dívida pública, dos seus prazos, juros e montantes; do controlo público da banca. -----

Portugal precisa de crescer, precisa de se desenvolver. -----

Não basta conseguir agora um crescimento, ao menos razoável, em tal e tal ano.

Não basta um ligeiro crescimento, como o que se prevê para estes anos, que se perde na recessão seguinte. É necessário um crescimento continuado, prolongado, sustentável. -----

O financiamento do investimento, da produção, do crescimento económico é, por isso, uma questão central para o país. E o país precisa de remover três grandes barreiras e, em consequência, adoptar três indispensáveis instrumentos para a resolução deste enorme problema nacional. Tem de se libertar da submissão ao euro, tem de renegociar a dívida e controlar publicamente a banca. Para quê? Para encontrar respectivamente a moeda, os recursos e os créditos que possam financiar o crescimento económico e o desenvolvimento. -----

Portugal precisa de crescer, precisa de se desenvolver. Precisa de eliminar os obstáculos ao seu crescimento e de reunir instrumentos que lhe permitam aproveitar oportunidades e potencialidades de desenvolvimento. -----

Só no âmbito do desenvolvimento nacional, poderemos encontrar oportunidades de crescimento para o nosso concelho. -----

O PCP não desiste desse combate. Para que Portugal deixe de viver não acima, mas abaixo das suas possibilidades. Mais cedo que tarde, Portugal terá de retomar os caminhos que Abril abriu”. -----

As eleitas da CDU -----

Isabel Lemos, Isabel Vieira -----

(início: após 36 minutos; fim: após 39 minutos) -----

3) A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia informou que foi criada uma Associação Nacional das Assembleias Municipais, pelo que oportunamente será enviada toda a informação recebida pela Mesa, para ser analisado o assunto na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

(início: após 39 minutos; fim: após 40 minutos) -----

4) A Senhora Presidente da Mesa propôs a alteração da Ordem do Dia para que a Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística se pudesse ausentar após a discussão do assunto que motivava a sua presença para poder prestar esclarecimentos. Assim, colocou à votação a proposta de alteração à Ordem do Dia para que o ponto 11) - Alteração do Plano Diretor Municipal de Mealhada - Sítio Arqueológico "Pedras Negras" fosse tratado como ponto 5), o que foi aprovado por unanimidade e em minuta para produção de efeitos imediatos. -----

(início: após 40 minutos; fim: após 41 minutos) -----

5) A Senhora Presidente informou que a Mesa recebeu um mail do Grupo Municipal do PCP questionando pela existência de um relatório sobre a municipalização da educação e que, até há data, ainda não lhes tinha sido dado conhecimento, apesar do mesmo ter suportado a publicidade de um balanço positivo. A Senhora Presidente da Mesa referiu que o assunto foi abordado e solicitado o referido relatório, na sessão de dezembro de dois mil e dezasseis, tendo o mesmo sido remetido por mail, a todos os membros da Assembleia Municipal, logo no dia quatro de janeiro. -----

(início: após 41 minutos; fim: após 42 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Mesa deu início ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1) VOTAÇÃO DAS ATAS N.ºS. 22 E 23: -----

A Senhora Presidente da Mesa referiu que as Atas n.ºs. 22 e 23 seriam colocadas à votação em separado. -----

Não havendo intervenções, a Senhora Presidente colocou a Ata n.º 22 à votação, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Isabel Pinto Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Isabel Maria Fonseca Vieira, Iola Marina Gaspar Batista, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 181

se os Senhores Deputados Municipais: Bruno Manuel Pereira Coimbra e Maria Clara Luxo Correia, por não terem estado presentes na sessão. -----

A ATA n.º 22 foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Na ausência de intervenções, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 23, tendo votado a favor, os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Maria Clara Luxo Correia, Maria Isabel Pinto Lemos, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Isabel Maria Fonseca Vieira, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se as Senhoras Deputadas Municipais: Ana Paula Ribeiro Coelho, Iola Marina Gaspar Batista, por não terem estado presentes na sessão. -----

A ATA n.º 23 foi aprovada, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

2) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o documento enviado tem um conjunto de informações, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos que os Senhores Deputados Municipais entenderem. -----

(início: após 47 minutos; fim: após 48 minutos) -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: -----

Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

Gostaríamos de ter informações mais precisas sobre: -----

A suspensão dos trabalhos da passagem superior sul sobre a linha do Norte na Pampilhosa. Tem havido informações? de que modo poderá esta AMM ajudar? --- Iguamente no que refere ao projeto da demolição parcial e contenção de fachadas do edifício da Antiga Fábrica das Devesas na Pampilhosa -----

Relatório do ambiente registar a intensidade de atividade do CIA. -----

No entanto, relativamente à fiscalização ambiental no que se refere ao combate a pragas, ... meter no mesmo saco osgas e ratos... Um dia voltaremos ao assunto mas as osgas não podem ser consideradas pragas. -----

Os eleitos do PCP -----

Isabel Lemos, Isabel Vieira -----

(início: após 48 minutos; fim: após 50 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas informando existir a promessa para a remodelação da estação da Pampilhosa, confirmando ter visto os projetos, numa deslocação de técnicos da Infraestruturas de Portugal à Pampilhosa, tendo disponibilizado o apoio da Câmara para a concretização da obra, disponibilizando terrenos, incluindo o da cerâmica da Pampilhosa, para estacionamento de apoio à estação. Quanto à passagem superior sul, foi imposto um limite de velocidade porque a drenagem não é boa e nos períodos de chuva os veículos podem perder o controlo, não existindo outros problemas de segurança. Informou ainda que Foi colocado à disposição da Infraestruturas de Portugal um estudo do IteCons para que se pronunciassem sobre o que é proposto de modo a garantir que os comboios alfa pendular possam circular sem danificar a estrutura, atendendo às vibrações provocadas pela circulação a alta velocidade. Acrescentou que ainda em abril haverá uma reunião com a Infraestruturas de Portugal sobre a obra. -----

(início: após 50 minutos; fim: após 57 minutos) -----

3) LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que informou que a Câmara Municipal, tem autorização genérica da Assembleia Municipal, mas deve apresentar a Listagem dos Compromissos Plurianuais. -----

A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra e no uso da mesma perguntou a que se referia a prestação de serviços na modalidade de avença, de um técnico de desporto. -----

O Senhor Presidente Câmara informou que houve grande necessidade de contratar um técnico da área do desporto, que se encontra a trabalhar na piscina municipal e a dar apoio aos eventos desportivos, acrescentando ainda que o lugar de Técnico Superior de Desporto já está criado no quadro de pessoal para ser posto a concurso. -----

(início: após 57 minutos; fim: após 59 minutos) -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS. -----

4) INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 – PROPOSTA N.º 06/2017: -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o documento foi devidamente apreciado e se colocou à disposição para responder a quaisquer questões, encontrando também presente a Senhora Chefe da Divisão Financeira para prestar esclarecimentos. -----

(início: após 59 minutos; fim: após 60 minutos) -----

Não havendo intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação. Votaram a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo

Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se as Senhoras Deputadas Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e Isabel Maria Fonseca Vieira. -----

O INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016 – Proposta n.º 06/2017, foi aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

5) ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MEALHADA – SÍTIO ARQUEOLÓGICO “PEDRAS NEGRAS” (Ponto 11 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que solicitou a intervenção da Senhora Chefe da Divisão de Gestão Urbanística que informou sobre o procedimento do processo de alteração ao PDM. -----

(início: após 1 hora; fim: após 1 hora e 4 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE MEALHADA – SÍTIO ARQUEOLÓGICO “PEDRAS NEGRAS” sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

6) DECLARAÇÃO PARA EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A), DO N.º 1, DO ART.º 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE Fevereiro (Ponto 5 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que, na falta de disponibilização da DGAL, tem de ser elaborada a Declaração respetiva. -----

(início: após 1 hora e 5 minutos; fim: após 1 hora e 6 minutos) -----

Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012. -----

7) DECLARAÇÃO PARA EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B), DO N.º 1, DO ART.º 15.º, DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE Fevereiro (Ponto 6 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que esclareceu que a Declaração se refere a débitos de várias naturezas que o

Município tinha à data de 31 de dezembro de 2016 e que, embora não existissem pagamentos em atraso, havia recebimentos em atraso. -----
(início: após 1 hora e 7 minutos; fim: após 1 hora e 8 minutos) -----
Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da DECLARAÇÃO PARA OS EFEITOS PREVISTOS NA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ART.º 15.º DA LEI N.º 08/2012. -----

8) CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS DE 2016 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO (Ponto 7 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou estar presente o Senhor Auditor Externo para poder prestar quaisquer esclarecimentos. -----

(início: após 1 hora e 8 minutos; fim: após 1 hora e 9 minutos) -----
Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE 2016 E PARECER DO AUDITOR EXTERNO. -----

9) REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1 (Ponto 8 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que a Câmara Municipal aprovou um conjunto de reforços de dotações orçamentais que na sua totalidade correspondem a quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e cinquenta e cinco euros, em algumas das empreitadas, o que permitirá lançar concursos públicos. -----

(início: após 1 hora e 10 minutos; fim: após 1 hora e 13 minutos) -----
A Senhora Deputada Municipal, Isabel Lemos, pediu a palavra, para ler a seguinte intervenção: -----

“Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal: -----

Face a esta revisão, surgem-nos dúvidas: -----

1. *Por que razão é diminuído em 378.000€ o orçamento para o mercado da Pampilhosa?* -----
2. *Qual a necessidade de reforço de 15.000€ para a requalificação da Escola Secundária?* -----
3. *Qual a necessidade de reforço de 135.000€ para o patrocínio de provas desportivas?* -----
4. *O reforço de 2 M€ para “outros terrenos”* -----
5. *A razão de reforço para transportes escolares de 114.000€* -----

Os eleitos do PCP -----

Isabel Lemos, Isabel Vieira” -----

(início: após 1 hora e 13 minutos; fim: após 1 hora e 15 minutos) -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a verba da Escola Secundária se destina ao acompanhamento da obra e reforço de Higiene e Segurança. Quanto à questão dos terrenos, apesar do valor poder parecer elevado, se a Câmara Municipal comprar todos os que tem em vista, a verba poderá não chegar. Se, por exemplo, for iniciada a obra na baixa da Pampilhosa existem dois terrenos que têm de ser adquiridos, o que também acontecerá na

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Folha n.º 183

prosseção do projeto PARU, na Mealhada e no mercado da Pampilhosa. Relativamente aos transportes escolares, solicitou a intervenção do Senhor Vice-Presidente (início: após 1 hora e 15 minutos; fim: após 1 hora e 18 minutos). -----

O Senhor Vice Presidente da Câmara esclareceu que no ano letivo seguinte continuarão, devendo existir a verba necessária ser iniciado o procedimento. ----- (início: após 1 hora e 18 minutos; fim: após 1 hora e 19 minutos) -----

O Senhor Presidente voltou a intervir e sobre o reforço da verba para provas desportivas, informou que se realizará um grande evento desportivo da modalidade de futsal de 7 e 11, utilizando todos os campos sintéticos do Município, com a inscrição de 80 equipas, e ainda, atividades com nadadores internacionais e portugueses na piscina municipal, e também, natação sincronizada. -----

(início: após 1 hora e 19 minutos; fim: após 1 hora e 25 minutos) -----

O Senhor Deputado Municipal, Bruno Coimbra, pediu a palavra, e no uso da mesma, referiu que na revisão orçamental verificou um aumento do investimento no Festame, questionando qual a estratégia do Município que o justifique. -----

(início: após 1 hora e 25 minutos; fim: após 1 hora e 27 minutos) -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o Festame tem uma componente lúdica e outra, de muito apoio às IPSS, tendo havido queixas no ano anterior por terem sido menos dias de festa, o que resultou em menor receita. Igual queixa foi apresentada por alguns expositores, argumentando que o Festame deveria ter mais um dia ou dois, devendo incluir, pelo menos, dois fins de semana. A Câmara Municipal analisou o assunto e atendendo ao facto de haver patrocinadores este ano, apesar de haver maior despesa, também haverá maior receita, não pela cobrança de entradas, porque o Festame continuará sem cobrar bilhetes. -----

(início: após 1 hora e 27 minutos; fim: após 1 hora e 30 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo votado a favor os Senhores Deputados Municipais: Daniela de Melo Esteves, Manuel Jacinto Gaspar Silva, Fernando Manuel da Silva de Melo, Bruno Manuel Pereira Coimbra, António Ferreira Ribeiro, Ana Paula Ribeiro Coelho, Maria Clara Luxo Correia, Luís Filipe Tovim Ferreira, Nuno Miguel Cerveira de Melo, Tiago Miguel S. Neves Costa Ângelo, Maria de Lurdes de Jesus C. Bastos, Manuel Amorim da Silva, Paula Cristina Cardoso Pereira Machado Pinto, António da Silva Laranjeira, Iola Marina Gaspar Batista, Sandra Isabel Ferreira Carvalho, Isabel Dias Santiago, Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis e os Senhores Presidentes de Junta, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Manuel Lindo Cardoso, Catarina Isabel Ferreira Pereira, Vítor Manuel Alves de Matos, João Carlos Ferreira dos Santos e Carlos Ferreira da Rocha Gomes; abstiveram-se as Senhoras Deputadas Municipais: Maria Isabel Pinto Lemos e Isabel Maria Fonseca Vieira. -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa pôs o assunto à votação, tendo a REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1, foi aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

10) NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO (Ponto 9 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que informou que existiu um concurso para nomeação do auditor externo onde ficou graduado em primeiro lugar a LCA – Leal, Carreira & Associados SROC.-----

(início: após 1 hora e 30 minutos; fim: após 1 hora e 32 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo a NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO sido aprovada por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

11) REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO(Ponto 10 da Ordem do Dia): -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que o Regulamento carecia de ser adaptado à legislação nacional tendo a Câmara Municipal encarregado os serviços jurídicos de o elaborarem. A proposta de regulamento seguiu a orientação de não existir grande margem para a venda não sedentária, a chamada venda ambulante, ficando esta restrita a determinadas festas e feiras que existem no Município, defendendo de algum modo, quem tem estabelecimentos de comércio devidamente legalizados. -----

(início: após 1 hora e 32 minutos; fim: após 1 hora e 34 minutos) -----

Não havendo mais intervenções a Senhora Presidente da Mesa colocou o assunto à votação, tendo o REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE COMÉRCIO A RETALHO NÃO SEDENTÁRIO EXERCIDA POR FEIRANTES E VENDEDORES AMBULANTES E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO OU DE BEBIDAS NÃO SEDENTÁRIO, sido aprovado por unanimidade. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 22 horas e 10 minutos, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada, por mim,

Maria de Laçalete Mendes Ferreira e Godinho,
Técnica Superior, nomeada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----